

TRANSCRIÇÃO DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA, REALIZADA DIA 24 DE NOVEMBRO DE 2011

Aos vinte e quatro de novembro de dois mil e onze, às 14:30 horas, no Auditório Espaço da Cidadania da Secretaria de Estado da Justiça e Defesa da Cidadania, situado no Pátio do Colégio, 184, Centro, nesta Capital, realizou-se a 20ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Política Urbana –CMPU, sob a presidência do Dr. Miguel Luiz Bucalem, Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano e Presidente do CMPU, contando com a presença dos membros relacionados no final desta transcrição.

Foram discutidos os itens constantes da pauta:

- Relato sobre o desenvolvimento do Plano SP 2040
- Outros assuntos.

Miguel Luiz Bucalem

Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano

Boa tarde a todos, queria dar início então à vigésima Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Política Urbana, agradeço a presença de todos e gostaria então de mencionar que o objetivo principal dessa reunião é dar conhecimento, apresentar o Conselho Municipal de Política Urbana, esse projeto que vem sendo desenvolvido no âmbito do município, e como vai ficar mais claro com a apresentação, com a participação do maior numero possível de entidades, associações e dos municípes de São Paulo. Eu acho que esse é um fórum privilegiado do Conselho Municipal de Política Urbana e eu queria então por meio dessa reunião dar conhecimento de como está andando o desenvolvimento desse plano e situar o desenvolvimento desse plano no contexto das políticas públicas relacionadas ao desenvolvimento urbano da cidade. Então esse é o objetivo principal, lógico sempre tem um tópico, outros assuntos em que todos efetivamente podem trazer outras questões dentro do conselho. Então eu vou imediatamente fazer essa apresentação, depois obviamente teremos tempo pra falar um pouquinho sobre o plano para todos poderem então se manifestarem.

(Sem áudio: 01:46 – 02:29)

Tem um plano estratégico de longo prazo na cidade, é uma discussão que ocorre aqui na prefeitura há alguns anos, e se identificou que várias cidades da dimensão de São Paulo que ocorreram, fizeram esse esforço: desenvolver um plano de duas ou três décadas para orientar o desenvolvimento urbano nessa perspectiva de longo prazo. Em 2009 com a criação da SMDU esse projeto acabou então sendo alocado para esta Secretaria e desde lá temos estruturado como então tornar concreto uma iniciativa desse tipo. Dois elementos fundamentais que são identificadas num plano dessas características é então a construção da visão, ou seja, qual a cidade que se deseja ter no longo prazo e também a construção de consensos sobre as grandes escolhas que a cidade deve fazer para perseguir essa visão. Isso tem sido feito por várias metrópoles como mencionei, só para mencionar algumas: Nova York, Londres, Paris, Hong Kong, Chicago, entre outras, fizeram esse esforço, se vê que 10 anos em geral pensando na metrópole, uma mega-cidade, é pouco para que transformações estruturais na cidade desde que então perseguidas de forma prioritária até aconteçam e ter uma estratégia transparente, onde todos saibam quais são as grandes escolhas, é algo que cria valor pra cidade e que ajuda então a cidade a poder até atrair investimentos privados e por outro lado defender seus projetos perante as outras esferas do governo. Então ter um referencial das políticas públicas, pras entidades, pras associações, pros agentes privados nacionais e internacionais, é algo que é muito positivo pra cidade e aqui é

então, entendido como estratégico. O que eu queria mencionar é que nessa medida de como então a prefeitura poderia colaborar para que um plano desse tipo fosse desenvolvido, identificamos que era muito importante ter um diagnóstico de profundidade, ter uma participação que não fosse apenas pró-forma e isso levou à formatação de um apoio da universidade. A gente entendeu que era importante ter a universidade nos ajudando em dois aspectos: o aprofundamento técnico e o processo de participação. Como estruturar o processo de participação que efetivamente pudesse então colher de forma bastante abrangente, de forma bastante diversificada, as contribuições da cidade como um todo.

Então desde dezembro de 2010, nós contamos com a colaboração da universidade e aqui de novo, entendido como fator crítico de sucesso, a efetiva participação. O plano tem horizonte final 2040, mas é objetivo também estabelecer alguns objetivos intermediários, algumas metas intermediárias em 2025. Aqui, essa é equipe de Outubro, a equipe está aumentando muito rapidamente, nós temos - trabalhado diretamente no projeto- uma equipe técnica da prefeitura, que agora conta com todas as secretarias municipais, mas algumas secretarias municipais, pelas próprias características têm um envolvimento mais direto.

A Secretaria da Habitação, Verde e Meio Ambiente, Transportes, Desenvolvimento Econômico e a equipe da Universidade. Nós contamos, tivemos o privilégio de contar na equipe os atuais diretores da POLI, José Roberto Cardoso; do Mackenzie, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, o Galdana; da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da FAU, o Marcelo Romero; e da Faculdade de Economia e Administração da USP, o Reinaldo Guerreiro. Estão na equipe, além de outros especialistas, o Sr. Goldenberg também, que é uma referência na área ambiental, ele está colaborando. Então nós estamos muito entusiasmados, tanto a equipe da prefeitura como a equipe da universidade com o progresso do trabalho, e agora com o envolvimento cada vez maior de entidades, associações e a sociedade civil em geral.

Nós contamos também com o comitê consultivo internacional, liderado pelo Greg Clark. Na verdade Greg Clark faz parte da equipe de projeto. Ele tem uma experiência muito grande em planos estratégicos, ele auxiliou cerca de 20 cidades a fazerem planos estratégicos, ele auxiliou cerca de vinte cidades a fazerem planos estratégicos e ele trouxe colaboradores que têm trabalhado em cidades, principalmente aqueles que estiverem envolvidos em planos estratégicos de cidades que se beneficiaram muito por esses planos, como Michael Enright no plano de Hong Kong, no de Shangai; Vegara da fundação metrópole de Madrid; Bob Yaro no plano de Nova York, um movimento muito grande; Jose Santacana, ele coordena o plano de Barcelona há 25 anos; Koon Hean Cheong, ela é há mais de 10 anos responsável pelo desenvolvimento urbano de Singapura e tem tido à frente a todos os planos estratégicos daquela cidade, ou seja, nós temos aí grupos auxiliando, que efetivamente já realizaram planos estratégicos. As duas primeiras eu acho que eu já falei, mas é muito importante que não seja um plano só físico e territorial. O plano deve ter também um viés econômico, propiciando então uma economia mais produtiva, uma cidade mais atraente, e o monitoramento e avaliação são elementos fundamentais do plano.

Algo que é importante reconhecer é que a cidade de São Paulo tem heranças do passado, do seu próprio desenvolvimento, que obviamente são responsáveis pela situação atual tanto de pujança econômica mais os seus equilíbrios. Mas é uma cidade que tem mudado muito na última década. Na última década nós podemos apreciar que houve um aumento da escolaridade de 20%, 10% das empresas respondem por 40% do valor adicionado, nós temos dados que não estão aqui, mas o PIB de 2003 a 2008 dobrou de 200 para 400 bilhões; o número de viagens em transporte público também dobrou; nós temos os desafios das mudanças climáticas que estão colocando questões sobre maneira de usar águas fluviais principalmente, muito críticas para a cidade. E

aqui um dado: a cidade também está mudando, ela foi pela primeira vez incluída no ranking das 20 cidades que mais produzem publicações de caráter científico. Aí tem também uma nova vertente que é a cidade cada vez mais ligada à nova economia, a economia do conhecimento.

Eu vou falar rapidamente da estrutura do plano, passar sobre esses tópicos que estruturam o plano: visão, a cidade que queremos e a nossa consulta que começou no primeiro semestre a um grupo de especialistas, seguindo uma técnica que o professor James Wright tem aplicado em vários trabalhos de prospecção de futuro que é chamado de Web Delphi. Foi consultado um grande número de especialistas e agora as consultas, que eu vou falar mais tarde, estão bem mais ampliadas. Mas algumas coisas aparecem sempre. O paulistano quer chegar no trabalho de forma confortável, em um tempo razoável, com boa qualidade de vida; ele quer ter acesso, onde ele mora, a serviços básicos de saúde, educação, mas também à cultura, ao comércio, às amenidades. Aquela idéia de cidade equivalente, não importa onde você mora, você deveria ter o mínimo de acesso a serviços, amenidades, cultura, lazer. A questão do meio ambiente: encontrar uma forma de conviver com o seu meio ambiente, principalmente com as águas. E criar oportunidades de emprego e preparar a cidade para envelhecimento que sempre aconteceu, mas agora acontece com mais intensidade na população. Aqui um plano desse passa por uma prospecção de cenários, então cenário tendencial, aquele que se as dinâmicas atuais foram preservadas, e o cenário desejado, aquele que o plano gostaria de levar a cidade a perseguir. Aqui eu só pus um gráfico que surgiu, nós temos um diálogo com a Holanda sobre o manejo de águas e a cidade de Roterdã fez uma apresentação sobre seu plano de longo prazo e lá, se as previsões de mudanças climáticas ocorrerem, eles têm um desafio muito grande pelas características da cidade e aqui eles mostram nesse graficozinho que pode de uma certa maneira ser exportado para questões de planos de longo prazo, se eles não fizerem nada, eles terão um cenário muito complicado em 2070 e aqui esse ponto de bifurcação, a medida que esse plano seja implementado, eles vão ter um cenário de conviver com os águas mesmo sob o efeito de mudanças climáticas.

Em São Paulo foi feito no contexto do plano, uma análise da tendência do cenário desejado e há muitos tópicos e eu vou mencionar aqui mencionar talvez o mais desafiador que se for perpetuado esse padrão de crescimento periférico, onde a cidade cada vez se espalha mais, com a população vivendo cada vez mais longe das oportunidades de emprego, o sistema de transporte que é necessário, vai ter que ir cada vez mais longe, com isso não é possível conseguir atender essa tendência de forma satisfatória, então há uma queda progressiva dos níveis de serviço no transporte e a cidade perde competitividade. Um cenário desejado então, o crescimento segundo um padrão onde você tem vários centros e também consegue aumentar a intensificação de usos, tanto mais gente morando, como mais atividade econômica, onde há infraestrutura, criando um padrão de crescimento de policentros segundo uma cidade compacta e aí o sistema de transportes articulado com esse padrão de crescimento cria oportunidades para que cidade se torne cada vez mais competitiva e, então, assuma a sua vocação histórica de ser a porta de conexão do Brasil com o mundo, num cenário mais virtuoso e desejável. Vários desequilíbrios foram então identificados, uma maioria deles são conhecidos, talvez eu destacasse a questão de São Paulo tem uma economia forte, mas ainda crescentes economias associadas a você ter aglomerações de atividades econômicas e ter obrigações constitucionais muito amplas e recursos fiscais muito limitados para cumprir essas obrigações. Além de várias outras, que foram identificadas, talvez de novo a mais severa está ligada ao padrão de crescimento periférico, com três quartos dos empregos em um quarto do território, as áreas mais periféricas sendo ocupadas então, as áreas de preservação as

vezes ameaçadas e gerando um padrão de deslocamento pendular que é pernicioso sobre todos os pontos de vista. Isso acho que já é bastante conhecido, eu não vou me ater muito, mas aí as densidades mostram que nas áreas mais centrais, as vezes dez empregos por habitantes e nas áreas periféricas, as vezes, cem habitantes por emprego.

Assim os eixos estruturadores do plano: desenvolvimento urbano sustentável, mobilidade e acessibilidade, oportunidade de negócios, melhoria ambiental e coesão social foi a forma que foi organizado, então, eixos para o desenvolvimento das análises, a proposição das políticas públicas. E um elemento fundamental também, e que veio até uma contribuição dos nossos consultores internacionais, a importância de ter alguns projetos que foram chamados de projetos catalisadores que eles devem ter um condão de serem transversais nos vários eixos, vários desafios e podem irradiar o desenvolvimento ou as transformações na direção desejada, de uma forma onde haja sinergia, haja foco e uma forma de conseguir comprometimento. Então nós colocamos em discussão cinco projetos catalisadores. Tem um sexto que está sendo reconhecido no âmbito das discussões, talvez a Cidade Aberta, mais ligada à possibilidade de São Paulo efetivamente assumir essa característica de internacionalização. Mas aí estão os cinco que eu vou falar muito rapidamente. Que foram colocados em discussão, então em aprofundamento em nome da equipe técnica e também estamos recebendo colaborações, mas nada impede, alias, são incentivadas outras idéias para os projetos catalisadores por parte da comunidade. Um deles Rios Vivos que até foi colocado uma questão, do ponto de vista técnico, da possibilidade de recuperar todos os rios da cidade até 2040. Os técnicos da área ambiental responsáveis por essa questão disseram que se efetivamente houver prioridade, é possível. E esse projeto está, então, ancorado em recuperar todos os rios e criar uma ampla rede de parques lineares que formem a rede verde e azul da cidade. De uma certa forma isso está respaldado em experiências que tem se mostrado muito sucesso, por exemplo o programa Córrego Limpo que é desenvolvido em parceria com a Sabesp e a Prefeitura onde 96 córregos já foram despoluídos e esses córregos deixaram de ser um passivo para as regiões para se tornar um ativo; um lugar onde efetivamente as comunidades do entorno possam valorizar e desfrutar. E o programa de parques lineares da Secretaria do Verde e Meio Ambiente – se eu errar em algum número a Rosélia está aqui para me corrigir – mas eu acho que são 27 parques e acho que 17 foram implantados, é mais ou menos isso Rosélia? E dez em implantação. E eu vou mostrar só um, porque eu acho que é bem emblemático, na medida do potencial de transformação que uma estratégia desse tipo em larga escala pode ter na cidade. Esse é o Parque Linear do Canivete, onde no início, a exemplo de muitos outros lugares, as populações se localizavam sobre o córrego, de uma certa forma sujeitas a risco e a condições inadequadas do ponto de vista da saúde. Aqui já está o projeto que já tem um denominador comum, onde se cria para o córrego a possibilidade dele extravasar, ocupar o seu leito maior. Cria equipamentos sociais, cria habitações de interesse social para abrigar as populações que são reassentadas, por estarem no córrego. Então essa é uma estratégia que eu vou mostrar no caso real. Essa era a situação anterior, acho que quase todos conhecem esse caso aqui e temos uma ocupação onde se vê os equipamentos sociais de lazer, as habitações, o córrego, então, saneado e implantado e aqui talvez a foto mais emblemática onde se devolve esse espaço para a comunidade, resgatando a convivência da comunidade com esse espaço. Acho que essa seja a foto mais emblemática. Aqui também um parque da Zona Leste, que mostra a Zona Leste como uma região bastante horizontal, pouca área permeável e o efeito que um parque linear pode ter em uma região desse tipo, tanto com uma nova área verde, como propiciar áreas de lazer, então é uma estratégia de sucesso que tem

sido implementada com muita prioridade pela Secretaria do Verde, que nós entendemos que é muito importante e pode gerar um projeto catalisador. Depois a questão dos parques urbanos. A proposta é de que se tenha na cidade a cada quinze minutos, não importa onde o municípe viva, ele deveria estar num local que se chegasse a pé em um parque em quinze minutos. Temos também, aqui a questão de aproveitar os parques para a proteção de áreas verdes significativas e a oportunidade que ainda temos de uma grande área que fica ao sul do Rodoanel e que está praticamente preservada, eu vou falar um pouquinho na seqüência, a aqui é só o gráfico onde mostramos os parques que estão em implantação. Nós fizemos um exercício muito simples de identificar o que seria quinze minutos a pé, uma envoltória a partir do parque de quinze minutos a pé, e a gente vê que ainda há áreas vazias, que identifica áreas que a cidade tem muita gente morando mas não tem acesso a quinze minutos de um parque. Também a questão da área que fica ao sul do Rodoanel: são quatrocentos quilômetros quadrados em mil e quinhentos da cidade, uma área muito significativa, que temos só setenta mil habitantes, cerca de setenta mil habitantes. Pela própria área urbanizada, que está mostrada aqui, e aqui nós temos uma área praticamente toda preservada ainda que, pode sim ser o pulmão verde da cidade e o desafio é garantir que assim fique e que as populações que ali vivem tenham uma atividade econômica compatível com o desenvolvimento ou com preservação dessa região. Isso, obviamente, um projeto desse tipo vai implicar em legislação, uma permanente atividade de monitoramento da área e um conjunto de políticas públicas, mas parece que é uma oportunidade importante para a cidade

Sem áudio (23:03 – 23:09)

Não foi combinado, mas agora o Secretário da Habitação chega e eu convido, e é projetos comunidades que está muito ancorado no trabalho que a Secretaria de Habitação vem realizando. O Plano Municipal de Habitação está sendo discutido no âmbito da Câmara agora e a transformação de territórios precários da cidade em comunidades é um desafio, mas é colocado como um projeto catalisador, onde além de trazer infraestrutura e saneamento, se pretende reforçar as redes sociais, criar condições de trazer amenidades, comércio, lazer, cultura, ou seja, transformando em comunidades. E aqui como eu falo, eu não consigo falar nem como o Ricardo nem como a Bete França, falar do Cantinho do Céu com a propriedade deles, mas eu acho que as fotos são tão fortes, e a intervenção é tão positiva que é muito fácil se a gente fazer um esforço. Essa é a área do Cantinho do Céu, e eu acho que aqui há umas fotos interessantes, em 1962 nós tínhamos a área totalmente preservada, dez anos depois os sinais do loteamento irregular das áreas estavam presentes, com a abertura de viários e preparar para a ocupação e trinta anos depois a área totalmente urbanizada. Essa é mais ou menos a escala do plano que pode ocorrer com boas políticas públicas, mas a gente também não pode deixar ocorrer. E o projeto, ele efetivamente cria condições para que se tenha uma área verde entre a ocupação e a represa, que se tenham, então, condições de acessibilidade interna de infraestrutura. As fotos falam muito por si. Então aqui tem algumas imagens; a criação dessas áreas que ao mesmo tempo fazem essa transição entre a ocupação e a represa como áreas de lazer, de desfrute da população, trazendo o senso de comunidade e resgate da cidadania. Esse é um projeto emblemático, mas não é o único: há muitos ocorrendo, liderados pela Secretaria de Habitação, com o mesmo viés, mas que colocamos isso como um projeto estratégico no âmbito do plano, projeto catalisador.

Um outro desafio colocado é a Cidade de 30 minutos, ou seja, como no horizonte do plano as viagens de trabalho em média não demorariam mais de trinta minutos. De um lado isso requer uma expansão muito forte da rede de alta e média capacidade.

Mas também requer uma forma diferenciada de ocupação da cidade, onde se privilegie a ocupar e intensificar o uso nas áreas que tem infraestrutura, privilegiando o uso misto, para as várias faixas de renda, fazendo a recuperação ambiental dessas áreas, na medida em que elas são transformadas e trazendo lazer, cultura e serviços públicos. Aqui é só um dado que mostra a pesquisa OD de 2007 que quando a viagem principal é feita por ônibus, em média, ela demora 70 minutos, isso é só a viagem de vinda para o trabalho ou volta para casa. Quando ela é feita por metrô, ela demora quase 90 minutos e quando ela é feita por trem, ela demora mais de 90 minutos. Não quer dizer que é o único modo. É o modo quando tem o trem, ele é considerado nessa conta como trem, como modo principal, quando tem o metrô, nesse conjunto de viagens, ele é considerado o metrô. Mas de qualquer forma a gente vê que hoje estamos próximos de três horas de tempo diariamente despendido pela população, então o objetivo é bastante ambicioso, a rede de transportes de alta capacidade de 2014 já é melhor, mas a Secretaria de Transportes Metropolitanos têm divulgado recentemente, até essa é a missão para 2025. Mas para essa ambição se realizar nós estamos falando em dez quilômetros – a construção de novos dez quilômetros de metrô por ano – que é um dado que vai exigir muita prioridade, porque a nossa média histórica é de um e meio quilometro por ano. É impossível? não é. As cidades asiáticas têm crescido a rede com taxas muito maiores, eu não quero comparar com China que chega a trinta quilômetros por ano, mas se a agente olhar para Seul a média tem sido dez quilômetros por ano, que mostra que do ponto de vista técnico é mais que possível, mas é efetivamente uma questão de forte priorização, de encontrar os mecanismos de financiamento também. Por outro lado a reocupação de área central da cidade tem colocado desafios para nós. Aqui eu só selecionei algumas fotos de áreas que estão com o planejamento de intervenção correntemente. Essa seria a Operação Urbana Lapa-Brás e que mostra ai a cidade ao sul da ferrovia, ela tem uma característica, ao norte ela tem outra. Aqui tem um pátio de estacionamento gigantesco, hoje – duzentos e quarenta mil metros quadrados, a conhecida “Gleba Pompéia”, por exemplo, mas emblemática de várias desarticulações da região. Então, reocupar essa área de uma forma que se privilegie a questão ambiental na hora que se faz a ocupação, criando eixos ambientais, tendo em mente que essa é uma área de várzea que então, por exemplo, na própria revisão da lei que agora da Água Branca está sendo encaminhada, tendo muito cuidado na questão do subsolo, o sobre solo é privilegiado, ou seja, ele tem que ser uma transformação que reocupe a cidade com toda a qualidade e os requisitos ambientais. Mas isso é só para criar referências do que está sendo feito e do que é possível.

O projeto da Nova Luz também que tem a área, talvez, na cidade com maior acessibilidade: temos três linhas de metrô e quatro de trem que chegam nessa área e é isso que justifica o projeto. Na verdade é essa infraestrutura que justifica você ter um projeto onde a área tenha ainda mais atividade econômica do que já tem e ainda tenha mais população do que já tem. Acho que o padrão de ocupação também deve ser destacado, onde se procura reocupar essas áreas, requalificar essas áreas com os padrões mais rigorosos de qualidade ambiental e urbanística, ou seja, criação de novos espaços abertos, privilégio do pedestre, do ciclista, os edifícios do ponto de vista ambiental sustentáveis com terraços verdes, novos espaços como áreas de entretenimento e que se articule com os equipamentos culturais da região e que se privilegie as vocações que a região já tem, por exemplo, o comércio é privilegiado na transformação e que se tenha cuidado com o uso misto de forma que a região seja então 24 horas de atividade, dando mais segurança para quem lá vive e uma ocupação que, efetivamente, use a sua infraestrutura em sua plenitude. Isso são só referências aqui então a necessidade de nessa hora criar, às vezes, espaços públicos, de calçada

para o pedestre, para o ciclista, para a urbanização mais intensa, para a drenagem, que isso signifique a diminuição de leito carroçável.

Outro projeto que se coloca é o chamado: Pólos de Oportunidades. Hoje claramente nós temos três distritos de negócios na cidade: o centro, a Avenida Paulista e um distrito que se configura cada vez mais de forma abrangente que se chama vetor Sudoeste – a Faria Lima, a Berrini e a Chucri Zaidan. Então temos três distritos de negócios. Mas a gente tem examinado experiências de outras cidades e é muito importante vocacionar novas áreas, induzir novos pólos de desenvolvimento, principalmente para dar resposta ao desafio que temos de trazer empregos para a periferia. Então, aqui, esse é um dos projetos onde só também como exemplo, temos atividades que estão sendo desenvolvidas agora, mas que vão ser dinamizadas como a Expo São Paulo, que está sendo planejado para Pirituba; o Pólo Institucional de Itaquera; o Pólo Tecnológico do Jaguaré lá da Cidade Universitária e outros.

Aqui é só para então chamar a atenção que mostra que as cidades que são cada vez mais protagonistas no âmbito das redes de cidades, que se cria em nível global, elas têm sempre um conjunto de atividades. Sempre estão presentes as fortes presenças em atividades de finanças, serviço de consultoria, o turismo, áreas de comando da economia global, entretenimento, cultura, indústria criativa, ciência, tecnologia, inovação e que quando essas atividades se desenvolvem no mesmo território, elas acabam gerando outras atividades que são produto dessa interação. Então aqui uma estratégia que vocacione áreas, para desenvolvimento econômico, parece muito importante para a cidade.

Não podemos deixar de falar de implantação. Então tem a questão de financiamento, coordenação e articulação que tem que fazer parte do plano e o constante monitoramento e avaliação.

Do ponto de vista do financiamento um plano desse tipo tem dois importantes benefícios. Na medida em que se tem um a estratégia consistente e um bom projeto, ele pode ser usado para a advocacia, ou seja, defender os recursos e os investimentos em outras esferas de governo, isso é uma parte. A outra parte, talvez mais importante, é que um plano bem elaborado e que cria essa perspectiva de desenvolvimento da cidade, cria uma estratégia do desenvolvimento, ela gera valor para a cidade, e capturar esse valor de forma antecipada é uma grande oportunidade pelos vários mecanismos que hoje existem de parcerias e conseguir que o setor privado acabe por colaborar com o desenvolvimento da cidade.

Eu queria falar rapidamente que, primeiro, isso aqui não é um plano pronto; o plano está em construção, está sendo desenvolvido e o processo de discussão é fundamental para que a elaboração do plano se conclua de forma positiva, com sucesso e com engajamento. Como esse plano, a única sustentação que ele pode ter é a cidade se apropriar do plano e reconhecer no plano um mecanismo importante de transformação de longo prazo, processo de participação, de pactuação, de envolvimento das entidades, das associações, das lideranças e da própria população em geral é fundamental. Nós temos desde 15 de setembro feito um esforço que nós conseguimos entender como o mais abrangente desse processo. Temos uma consulta pública online, que vai até nove de dezembro e que todos podem responder. Nós temos procurado de forma bastante ampla, com o auxílio das entidades, da disseminação da informação, ter mais respostas. Nós temos tendas de consulta espalhadas em estações de metrô, de parques, nos CEUs aos fins de semana, em aeroportos para então possibilitar para quem não tem tempo, que não tem acesso à internet, ampliar a rede de consulta. Fizemos oficinas públicas regionais já em trinta subprefeituras, só faltava uma. As oficinas foram feitas com uma sistemática idealizada pela universidade, onde o processo de construção fosse privilegiado, de interação entre os participantes, aí depois os depoimentos vão ser dados, mas o que eu posso dizer é que nessas reuniões

apesar de se ter uma percepção que a participação fosse muito ligada aos problemas locais e cotidianos das comunidades, o próprio processo de participação e as pessoas tiveram esse desejo de falar do futuro. Então nesse sentido o processo se revelou com bastante sucesso e houve e foram reuniões que se preocuparam não só com os problemas cotidianos, mas se preocuparam com ver cidade para frente. Temos realizado workshops; fizemos um ontem, temos um no dia 1 de dezembro que vai ser feito na Faculdade de Economia e Administração. Todos aqui estão convidados; é também um processo de discussão propositiva com uma certa técnica e a idéia é pelas entidades, eu também tenho visitado entidades, a equipe tem visitado entidades e também temos procurado levar às entidades, às associações a mensagem e o convite – mais que uma mensagem, um convite - para se engajarem nesse processo de discussão. Aqui nós temos um site, que é um canal importante de comunicação com o plano. E então o objetivo aqui era trazer o estado da arte, onde chegamos, o que pretendemos ao Conselho Municipal de Política Urbana para que pudéssemos nesse fórum realizar aqui um debate, uma discussão, uma troca de idéias. Então era isso.

José Roberto Garcia :Secretário?

Miguel Luiz Bucalem : Sim, por favor

José Roberto Garcia: Alinhado com esse planejamento estratégico, eu gostaria de perguntar ao senhor Secretário como que está atualmente o plano de mobilidade urbana vinculado a Secretaria Municipal de Transporte, do Marcelo Branco, né? Marcelo Branco com esse recurso válido de 15 milhões do Orçamento de 2011 que segundo consta, ele está meio moroso, meio lento e considerando que nós estamos a dois anos da proximidade da Copa de 2012, o grande calcanhar de Aquiles da cidade de São Paulo é a mobilidade urbana. Eu particularmente quase cheguei atrasado e perdi a reunião por questão do transporte público; problemas do transporte público, e eu soube inclusive que o Ministério Público do Estado de São Paulo fez uma representação no final de outubro através da Secretaria de Justiça demandando que fosse feito um Conselho Municipal de Transporte em sessenta dias e que fosse providenciado a utilização desses recursos de 15 milhões. O IDEC também está entrando com ações tipo flashmovie no metrô, para ver como que nós podemos sanar esse problema.

Miguel Luiz Bucalem: Tá, eu vou responder e depois eu vou passar a palavra para o Ricardo para ele fazer - Secretário Ricardo Leite – para ele fazer as considerações dele. Agora o que eu posso efetivamente falar é que nós temos várias escalas. Do ponto de vista da mobilidade, acessibilidade na cidade realmente esse é um dos grandes desafios e acho que está bem reconhecido nesse plano que essa é uma das preocupações centrais, sendo identificado como um eixo estruturador e tendo um projeto catalisador que tem esse grande objetivo de diminuir o tempo de viagens na cidade que vai exigir uma estratégia muito grande. Paralelamente a isso, temos cooperado com a Secretaria de Transporte porque o problema de mobilidade e acessibilidade não é apenas um problema de planejamento, do sistema de transporte; é um desafio que tem que ser encarado do ponto de vista do desenvolvimento urbano, uso e ocupação do solo e infra-estrutura de transportes. Assim tem sido feito e temos então discutido a elaboração de tipo de plano conjuntamente com o Secretário Marcelo Branco e sua equipe. Posso falar também que nós temos desde 2007, aqui na Secretaria de Desenvolvimento Urbano, uma cooperação com a Secretaria de Transportes Metropolitanos para políticas integradas de uso e ocupação do solo e transportes e atualmente esse plano de mobilidade ele tem que envolver, sem duvida, a Secretaria de Transportes Metropolitanos. Então no CDTI que é o Conselho de

Desenvolvimento de Transportes Integrados onde nós temos assento –
Desenvolvimento Urbano, Secretaria de Transporte do Município, Secretaria de
Transporte Metropolitano- esse tópico tem aparecido e os esforços estão sendo
desenvolvidos de forma conjunta. Eu vou passar a palavra para o secretario Ricardo e
vou aproveitar a presença dele aqui para que ele possa também fazer os comentários
que ele achar... ele é o Vice-Presidente do Conselho Municipal de Política Urbana

Ricardo Pereira Leite (41:34): Bom, boa tarde a todos. Eu queria fazer alguns
comentários. Eu acho que essa aqui é uma das oportunidades mais importante que a
gente tem na Prefeitura para debater política urbana com a sociedade de uma forma
duradoura. Enquanto você falava, eu fiquei pensando no Plano 1990, porque quando
você pôs aquela foto de 1962 eu pensei: "Puxa se tivesse sido feito um plano em 1960
de 30 anos na a cidade, possivelmente, em 1990 quando a área foi ocupada, lá no
Cantinho do Céu, ela não teria sido ocupada da forma que foi desorganizada e tudo
mais". Acho que ninguém aqui mora no Cantinho do Céu, talvez a gente nunca esteja
preocupado mas um terço da água que vocês bebem está sendo batizada pelo 3
milhões de pessoas que moram em favelas que não tem esgoto ou que foi ocupado de
forma desordenada. Então acho que é fundamental esse plano, essa discussão, etc.
porque se a gente daqui a trinta anos tiver errado – todos nós erramos – a cidade não
teve oportunidade de errar em 1960, acho que ela não teve nem tempo para errar,
porque a velocidade de crescimento dela foi tão grande que eu nem condeno àqueles
que ocuparam, que tiveram essa responsabilidade em 1960, porque, de fato, não
teriam capacidade para pensar em trinta anos da maneira que estavam crescendo.
Isso, graças a Deus, está sendo mais possível porque a velocidade de crescimento
diminuiu. Eu acho que nós temos um problema tão visto, e eu queria falar de uma
forma bem serena, bem madura. Eu acho que nós precisamos elevar bastante o nível
da discussão. O que nós estamos falando é da cidade; estamos falando de onze
milhões de cidadãos que querem melhorar sua qualidade de vida, porém esses
cidadãos têm uma situação muito distinta entre si. Nós não temos todos o mesmo tipo
de vida e conciliar todos esses interesses é muito difícil. Então quando eu ouço o
exemplo da água que a gente é indiretamente afetado pelos demais cidadãos do
município. Então não adianta a gente olhar só para a nossa situação particular. Eu,
hoje, ao contrário de você Ricardo eu cheguei tarde porque optei vir de carro e optei
vir de carro como muitos de vocês aqui, porque o carro é sempre um meio de
transporte melhor, mais confortável porque tem o ar-condicionado, enfim, eu saio na
hora que eu quero, saio na hora que eu quero. O carro sempre vai ter esse mérito
,sempre vai ter essa qualidade. Porém eu peguei um congestionamento de manhã,
teve um acidente com uma carreta e eu amaldiçoei a minha decisão de não ter vindo
de metrô, que eu teria chegado muito mais rápido. Então quando o carro começa a se
tornar mais lento do que o transporte coletivo, aí o rádio, o ar-condicionado começa a
ter menos peso, então a mobilidade começa a ser mais importante. Mas eu acho que
isso aí só vai ser resolvido, eu chamaria muita atenção para a questão da Cidade de 30
Minutos – porque nós estamos com muitas (*som inaudível 45:15*) na minha opinião.
Então quando a população é muito distinta entre si, isso fica mais difícil ainda, então,
por exemplo, eu moro num bairro onde tem 40 habitantes por hectare e é um bairro
que se alguém aqui se atrever a construir um prédio lá vai sofrer bastante para
conseguir; porque vai ter muita oposição. Mas eu cuido de um cliente que mora em um
bairro onde tem 600 habitantes por hectare, são muitos. Paraisópolis, Heliópolis e
assim por diante, é só atravessar a ponte e for na favela ali atrás da Cidade
Universitária, na favela do como é que chama? Ali atrás da USP...

Vozes (46:00)

Ricardo Pereira Leite (46:14): Não é a do Sapé, é outra. A São Remo. São Remo tem mil habitantes por hectare, ta certo? Então eu preciso pensar, quando eu vou pensar na minha cidade daqui à trinta anos, como é que vamos conviver todos em relação a isso. E aí, eu vejo, por exemplo lamentavelmente, uma reportagem que eu vi ontem nos jornais aonde as pessoas não conseguem entender a coisa da cidade compacta, da Cidade 30 Minutos; não é intuitivo infelizmente, então, a pessoa fala que o preço subiu porque aumentou a oferta. Infelizmente a lei da oferta e da procura não consegue, não vai ser revogada. Então quando a gente aumenta a oferta de imóveis o preço cai, se o preço está subindo é porque aumentou a demanda mais do que aumentou a oferta. Em segundo lugar, quando eu construo em um lugar mais perto, eu diminuo o trânsito, eu não aumento o trânsito porque a pessoa que vai morar perto da Operação Lapa-Brás, como você mostrou, ela hoje mora em Pirituba na zona norte, não sei onde você mora, mas possivelmente, por exemplo, você poderia ser um candidato e pegaria o trem que está ali do lado que vai estar bonitinho, bacana com vagões, até trinta anos a gente consegue fazer isso e estaria aqui em dez minutos sem emitir 68% do carbono que é emitido na cidade, que é emitido a partir da queima do combustível fóssil de óleo diesel e gasolina. Então eu acho que a gente precisa discutir as coisas com maturidade e a gente vai precisar também aumentar muito o nível de conhecimento de toda a população, pra poder melhorar o nível da discussão. Eu acho que esse é um desafio para vocês que são, vamos dizer, líderes de grupos, líderes de comunidades. Acho que vocês terão uma tarefa não muito fácil, a coisa não é intuitiva nem muito óbvia. Só para terminar eu trouxe, já que o Miguel falou com tanto entusiasmo nos projetos da SEHAB, em relação ao Cantinho do Céu, eu trouxe aí um exemplar os dois números da revista, os dois últimos números – o três e o quatro da revista, tem uma revista que a gente distribui nas comunidades; uma revista de inclusão social, mas que talvez para nós que, não sei se alguém mora em um assentamento precário que recebe intervenção da SEHAB, ou da COHAB, mas se não mora eu acho que nós precisamos conhecer mais do que eles essa realidade aqui. Então era isso que eu queria falar. Eu vou pedir para a moça distribuir as revistas, por favor, tá? Obrigado.

Miguel Luiz Bucalem (49:03): Obrigado. Então, Fernando você controla, então, as inscrições, por favor? Tem mais uma inscrição ali da Zona Leste, o professor Costa...

Mauro Messa Martins (49:17): Boa tarde, meu nome é Mauro Messa. Eu só queria fazer uma pergunta com relação ao SP2040, no que diz respeito à água e esgoto; água, esgoto e intermunicipal. Hoje nós estamos vendo um problema da cidade, da cidade de São Paulo, só que nós temos, beirando a cidade de São Paulo, sei lá Guarulhos, São Caetano, Santo André, São Bernardo e outras cidades, que despejam praticamente uma boa parte do seu esgoto dentro da cidade de São Paulo que vem pelo Tamanduateí, Tietê, Rio Pinheiros e isso daí nós temos uma empresa estadual que cuida dessa parte. Como é que é a interligação entre a SP2040, as empresas estaduais e os municípios limieiros?

Miguel Luiz Bucalem (50:06): Tá, essa pergunta é muito bem colocada e acho que é fundamental até para a gente discutir como o plano se insere no contexto maior metropolitano. Como acho que todos sabem, recentemente conseguimos um aprimoramento fundamental, do ponto de vista institucional, com a criação oficialmente da região metropolitana de São Paulo, com a lei aprovada na Assembléia Legislativa, depois com a criação do Conselho de Desenvolvimento Metropolitano que congrega os 39 municípios e esse é o reconhecimento de que várias políticas públicas não vão ser equacionadas só com uma ação isolada, principalmente do município de

São Paulo, que é o principal município da região metropolitana, mas com ações dos municípios. E que é necessária efetivamente essa articulação. São Paulo tem protagonismo, obviamente, nesse Conselho. Atualmente o prefeito é o presidente do Conselho e é algo que nós vamos valorizar muito a atuação nesse Conselho, porque questões como manejo de águas, saneamento, habitação e transportes demandam uma estratégia metropolitana. Agora de qualquer forma, o Plano, ele, apesar de nós não termos a governança sobre todos os aspectos, ele vai ser feito, está sendo desenvolvido e considerando essas dinâmicas metropolitanas. Nos aspectos que nós temos governança, obviamente, o Plano já vai nos dar subsídio para a ação. Nos aspectos que nós não temos governança, ele vai nos dar subsídios para a advocacia, para interagir com os outros municípios e às vezes até com o governo federal, com a questão do aeroporto que é uma questão não só metropolitana, mas uma é questão de importância nacional e de governança federal, e vai ser abordada nesse Plano porque "é como São Paulo enxerga as suas melhores oportunidades de desenvolvimento".

Considerando que as dinâmicas são metropolitanas, macro metropolitanas, e de qualquer forma vamos ter que responder esses desafios. Agora na questão específica do abastecimento, e principalmente do saneamento, a SABESP, o município celebrou uma renovação na concessão com a SABESP, na medida em que várias metas foram estabelecidas até 2018 que já significa progressos importantes que vão ser obtidos pelo município. Mas pensando numa estratégia de mais longo prazo, nós vamos no âmbito do Plano criar, então metas; acho que para você ter os rios recuperados, uma parte dessa questão é equacionamento do saneamento no longo prazo. Agora, nem todos os municípios da região metropolitana tem a SABESP como concessionária - Guarulhos, por exemplo, não tem e aí a atuação do Conselho de Desenvolvimento Metropolitano vai ser fundamental para criar as condições e os requisitos para que esses municípios que não são integrados com a SABESP possam assumir os compromissos que estão na governança do governo do Estado por meio da SABESP, também tenham metas compatíveis com os objetivos de melhoria da qualidade da água. Então no Plano, eu posso falar que nós vamos nos manifestar inclusive a respeito a aspectos que estão fora da nossa governança, mas nós valorizamos, acho que o município valoriza o papel do Conselho de Desenvolvimento Metropolitano e da região metropolitana agora com um fórum que vai dar condições de estabelecer compromissos dos municípios referentes a metas nas várias áreas; saneamento talvez seja uma das áreas mais críticas.

Áurea Lopes Machado Mazzetti (54:31): Boa tarde. Meu nome é Áurea Mazzetti, eu sou arquiteta e urbanista, coordeno uma Comissão de Políticas Urbana e sou conselheira do CREA e futuramente, a partir de 2012, do CAU – Conselho de Arquitetos e Urbanistas, de arquitetura e urbanismo. Dentro dessa sua apresentação, Secretário, eu sei que é questão de políticas urbanas, mas dentro dos projetos catalisadores e a questão social abordada, acho que é um ponto muito importante para a cidade de São Paulo. Eu acho que isso tem a ver com nossa questão de políticas urbanas. Isso é um ponto.

Miguel Bucalem (55:19): Você acabou ou não?

Áurea Lopes Machado Mazzetti (55:21): Não, esse é o primeiro ponto. O segundo ponto é o que eu não sei o nome desse senhor. mas o que ele colocou.

José Roberto Garcia (55:27): José Roberto Garcia

Áurea Lopes Machado Mazzetti (55:29): José Garcia, a respeito da mobilidade. Eu vim, eu gastei quase duas horas para chegar aqui, cheguei super atrasada, estava a menos de 12 quilômetros, a menos de 30 minutos daqui, que normalmente eu gasto até 20, gastaria 20 minutos. Gastei quase duas horas para vir de carro, não tinha outra situação para eu vir. Eu fico muito preocupada, pegando a sua deixa de projetos, o PITU2020, ele contemplava na região oeste de São Paulo uma linha inteira de metrô que foi esquecida. Ela estava no Plano Diretor da cidade de São Paulo e ela foi retirada. Ela não é nem discutida, a região oeste recebe cinco rodovias pelo menos: Castelo, Anhanguera, Raposo Tavares, Régis Bittencourt... A Raposo Tavares está recebendo uma enorme quantidade de habitantes novos. Vocês da área imobiliária sabem muito bem do que está acontecendo por lá. Temos a Operação Urbana Vila Sônia também que eu não vi nada muito importante na questão de mobilidade, além do que já está previsto e saturado que é a Linha-4, né? Então, além de planos que já existiam, então, há vinte anos atrás, da Avenida Politécnica ter continuidade tanto para o lado esquerdo quanto para o lado direito. O que me preocupa é os planos antigos, de vinte anos atrás na questão da mobilidade não terem sido levados a sério, adequadamente. Quem circula e quem entra por São Paulo por essas rodovias, principalmente ali o trecho oeste do Rodoanel que foi o primeiro a ser construído, justamente por interligar todas essas rodovias. Então eu acompanho de perto há mais de vinte anos e ali não foi feito nada de importante para terminar o que já estava projetado, não é nem a questão de atender a carros, é a questão de mobilidade do pessoal, da população.

Ricardo Pereira Leite (57:53): Só por curiosidade, que ponto exato você saiu da zona Oeste, hoje, agora?

Áurea Lopes Machado Mazzetti (58:01): Agora, eu saí da... eu passei pela Faria Lima mas pelo lado da Cidade Jardim. Eu vim da Cidade Jardim. Que é ali que tava toda a encrenca, 9 de Julho impossível... e tem que ficar fugindo... Obrigada.

Miguel Luiz Bucalem (58:20): Olha, primeira observação que eu não sou da área imobiliária primeiro, eu sou professor...

Áurea Lopes Machado Mazzetti (58:26): O senhor não é né, e ele é da onde?

Ricardo Pereira Leite (58:28): Eu sou da Secretaria de Habitação do Município.

Miguel Luiz Bucalem (58:33): Então esse negócio aí, primeiro. Depois, ser social. Eu vejo completamente diferente; os projetos catalisadores eles são eminentemente sociais. A questão do Projeto Comunidades, você está falando de erradicar as precariedades de moradia na cidade que elas vêm de condições não só de infraestrutura, mas também cultura, lazer, educação e saúde para essas áreas que hoje são problemáticas na cidade, que não têm então o mesmo nível de serviços e outras, então é um projeto catalisador eminentemente social. Você trazer polos de desenvolvimento para as áreas periféricas, é o que mais falta nas áreas periféricas é o emprego, então entendemos também que é eminentemente social. Do ponto de vista do último projeto – Parques Urbanos – dará acesso às pessoas a áreas de lazer, área verde, acho que é eminentemente social além de termos um eixo especificamente de coesão social que eu não apresentei ainda porque o plano está em construção. Então, primeiro eu discordo frontalmente que a área social, os projetos catalisador não sejam sociais, acho que não tem nenhum projeto catalisador que não tenha o foco social. Você tirar, elevar como você falou a qualidade de vida das pessoas, na medida em que

elas, hoje, gastam três horas, em média para se deslocar para o trabalho e voltar. Se você trazer isso para um patamar de 30 minutos, dando esse tempo de volta para as pessoas para qualificação profissional, para lazer, eu acho que é eminentemente social. Sobre os planos, primeiro o fato de planos anteriores não terem sido implantados, ou não terem sido implantados na mesma medida de quando foram planejados eu acho que esse é o desafio que se coloca para nós. O plano para ele ser então implementado quanto mais envolvimento ele tiver da sociedade, de cobrança, ele pode ter mais chance de ter sucesso. E algo que não teve em São Paulo às vezes não foi falta de planejamento, foi falta de implantação de planejamento, isso é reconhecido. Houve planejamento, houve planos, mas houve falta de implantação desse planejamento. Agora, o PITU2025, por exemplo, que foi um plano da Secretaria de Transportes Metropolitana, tem sido referência e ele vai sendo alterado porque não é até ingênuo a gente achar que vai poder planejar hoje e fazer um plano para 2040 e que não seja necessário ter um acompanhamento constante, uma avaliação constante e um redirecionamento constante; isso faz parte do processo de planejamento. O fato de os planos de transporte não terem sido implantados na medida em que se desejava é uma questão de prioridade e essa prioridade eu acho que se encontra na medida que tiver consenso, construção, pactuação, então essa é minha resposta.

Ricardo Pereira Leite(01:01:55): É, eu só queria falar de plano também. Às vezes, eu não sei, eu não conheço esses planos, mas eu posso dizer. Às vezes os planos não são implantados porque o papel aceita tudo e a gente faz um plano maior que a nossa capacidade de execução e mesmo de investimento. Nós temos um problema que para mim é talvez um dos maiores desafios que nós teremos aqui para enfrentar é que nós paulistanos, recolhemos 210 bilhões de reais em impostos por ano e nossa receita tributária no município, da Prefeitura é de 14,7 bilhões. Ou seja, apenas 7% do que a gente recolhe de impostos fica na instância do município. E como nós vemos aqui, em todas as manifestações a nossa demanda por serviços no município é muito maior do que 7%, ta certo? Talvez seja 70%. Então é uma conta que é difícil fechar, e às vezes essa questão metropolitana que o Mauro colocou lá, para mim também é um desafio enorme, porque hoje graças a Deus, muita gente pergunta isso para a gente, mas hoje graças a Deus existe um entendimento harmônico entre todas as esferas de governo no que tange a administração da cidade, porque ninguém pode prescindir – mesmo sendo de partido políticos diferentes ou de grupos políticos diferentes - de atender a demanda da população como a população espera, eu acho que isso é inclusive politicamente hoje é um maior suicídio político que alguém poderia cometer. Então, graças a Deus, hoje a gente tem um entendimento bom; acho que a questão metropolitana ela é fundamental, mas nós não temos uma cidade...eu fui agora para a Austrália. Melbourne tem apenas 100 mil habitantes e a grande Melbourne tem 4 milhões de habitantes. E o prefeito de Melbourne não tem grande... ele é um subprefeito, quer dizer, é um distrito e tal. O governo lá, o governo metropolitano lá, ele não tem esse papel né, porque é muito dispare. São Paulo é um pouco diferente porque nós somos 11 hoje milhões e – no total de 20 – então a gente tem que ter uma governança, talvez, um pouco diferente do que lá na Austrália, mas de qualquer forma a integração é fundamental.

Antônio Gomes (01:04:29): Meu nome é Antônio, eu sou da Leste II, fundão da zona Leste eu vou perguntar, secretário sobre 2040. Eu estive em uma dessas audiências participando a convite de uma subprefeitura e percebi o limite que a população, pessoal presente estão participando e vivenciando do que seria o futuro, mas um coisa também que eu percebi foi a ausência do público; nós vimos mais funcionário público, funcionário da Prefeitura do que a própria população. Eu acho que caberia, secretário,

estar divulgando mais isso porque é importante a população ter esse conhecimento sobre essa visão de futuro. Bom, a Zona Leste, digamos assim, é um tanto quanto privilegiada, porque está tendo uma movimentação muito grande e tudo mundo diz que vai ser o grande futuro da cidade de São Paulo. Nós estamos com a Operação Consorciada Rio Verde-Jacu que já desde 2004, ela já existe e acreditamos que a partir de agora ela vai se desencadear. Eu queria saber, dentro desse plano de 2020, como é que isso vai passar pela operação urbana. Outro assunto. Como é que agente participa, eu sou convidado a participar do CONSEG, até o subprefeito que eu acompanhei sempre nas reuniões, e a população sempre questiona as intervenções que vão acontecer e às vezes o subprefeito não tem todas as informações que a população acaba perguntando e fica aquele ambiente assim: "Puxa vida, ele não está sabendo, ele não sabe informar e é impossível ter conhecimento tudo". O Senhor Secretário está fazendo o serviço de estar junto à zona Leste, participando de seminário e dando explicação. Mas eu gostaria de pedir mais: que extensificasse mais a participação da sua Secretaria para estar dando essa informação. Na semana retrasada estivemos na Secretaria de Meio Ambiente falando sobre o parque linear e na explanação algumas coisas ficaram claras, outras ficaram duvidosas e o próprio pessoal técnico da Secretaria falara: "Eu tô aqui precisando aqui da SIURB, eu tô precisando aqui da Habitação, eu estou precisando da SPTRANS para complementar as informações". Então a gente não está solicitando que o próprio secretário vá até lá, mas pelo menos o pessoal técnico vá até lá para explicar, mas eles falam: "Mas nós já fomos uma vez...", mas bom a zona Leste é um país, é grande. Então acho que temos de combinar itinerários de fazer essas apresentações para dar informação para a população. Outra coisa, eu peguei aquela publicação sobre o Orçamento da Operação Rio Verde-Jacu e eu fui a algumas faculdades da Zona Leste para o pessoal de engenharia, para perguntar sobre aquilo lá e os professores desconheciam. Eu falei assim: "Puxa vida, a universidade que deveria estar disseminando as informações do projeto e eles não tem essa informação". Eu acho que tem que ser feito um trabalho de que essas universidades tenham essa informação e também que as escolas diretoras tenham essa informação para passar para a população, porque eu acho que é um canal de comunicação, porque o esclarecimento é a vitória de tudo, então acredito que o nosso futuro vai ser visualizado se a população tiver a informação. Obrigado

Miguel Luiz Bucalem (01:08:02): Então, agradeço aí a sua manifestação e efetivamente você falou tudo: quanto mais pessoas conseguirem participar desse esforço mais relevante ele pode ser. E aqui em todos os fóruns, todas as oportunidades que eu tenho, quando nós estamos falando, entidades, qualquer fórum o que eu peço é os que, todos que identificarem nesse plano uma oportunidade importante para a cidade que ajudem a divulgar. Que sejam então elementos de disseminação dessa informação e que divulguem então o site, no site nós temos todas as formas de participação e aqui eu tenho um fórum privilegiado, onde eu tenho representantes das várias macrorregiões da cidade e estou, então, convidando e pedindo na verdade, um auxílio na divulgação. Efetivamente eu acho que a Operação Urbana Rio Verde-Jacu se insere perfeitamente nesse contexto porque é uma operação orientada para qualificar, aquela região para dar mais dinamismo econômico, ou seja, trazer emprego para a região ao mesmo tempo em que se faz um aprimoramento da infra-estrutura, se criar áreas verdes, se faz complementação de viário, ou seja, ela se insere perfeitamente na estratégia do plano que uma delas é reverter essa dinâmica perversa de localização de emprego e moradia. Acho que tem uma aderência muito grande, a Operação Urbana Rio Verde-Jacu na verdade ela já começou com a própria implantação do Polo institucional de Itaquera, esse é um projeto catalisador da operação urbana, de forma que ela tem muita prioridade. Agora, a contratação para fazer os estudos ambientais

que são necessários para tornar a operação efetiva, está sendo feito além de seus recursos econômicos, tem uma equipe dedicada. E aqui eu queria falar do Rio Verde, do Parque Linear do Rio Verde. A Rosélia está aqui, acho que a Maria Tereza não está, mas foi sim criada uma equipe interdisciplinar, tivemos uma reunião nessa sala do qual participaram os Secretários do Verde e Meio Ambiente, Desenvolvimento Urbano, Infraestrutura Urbana e Obras, representantes da Secretaria de Transportes. Ou seja, há um grupo trabalhando de forma integrada e obviamente uma intervenção desse tipo só pode ser realizada de forma integrada. Ela é do lado do parque, do Polo institucional de Itaquera e é um projeto importante para a cidade e eu acho que é mais do que pertinente pedir, solicitar que as informações sejam levadas as comunidades com frequência. No limite da nossa possibilidade nós vamos procurar sempre prover as informações e tentar esclarecer, eu acho que é um pouco isso. Agora, há uma certa dificuldade, a cidade é muito grande, as pessoas estão sempre muito ocupadas de fazer as informações chegarem na cidade. Quando nós divulgamos esse conjunto de três novas operações, nós procuramos fazer, fizemos isso em Maio de 2010. Fizemos um estudo de engenharia com muitas entidades presentes, depois temos sempre feito apresentações, colocamos sempre as propostas de operações urbanas na internet para possibilitar a participação. Houve um seminário feito até em cooperação com a Bienal, só sobre a Operação Rio Verde-Jacu e desenvolvimento da Zona Leste, ou seja, não é fácil. A gente precisa efetivamente do auxílio de todos para ajudar na divulgação. Acho que se as universidades não sabem disso, efetivamente uma parte é efetivamente é do poder público. Nós procuramos, devemos estar o quanto mais ativos lá, mas em uma certa medida temos nossas limitações também de pessoas, então eu acho que pode ser um esforço que quanto mais formos auxiliados pelas próprias comunidades, pelas suas lideranças, é muito positivo.

Miguel Luiz Bucalem (01:12:20): Por favor, fique á vontade. Eu acho que...

Ricardo Pereira Leite (01:12:25): Acho que já tem os dois professores, o professor Oscar também que falar né?

Miguel Luiz Bucalem (01:12:31): Acho que a gente podia agora... Você fechou as inscrições já? Tem os dois e talvez tenha mais uma inscrição. Não, você falará também. Você quer falar primeiro?

? (01:12:43): Não, de jeito nenhum. Eu pensei que fosse eu.

João Antonio Del Nero (01:12:50): Boa tarde a todos, eu sou Antônio Del Nero. Eu sou conselheiro do Sindicato de Engenharia e Arquitetura, sindicato Patronal. Também com orgulho, membro permanente do Conselho Tecnológico do Sindicato dos Engenheiros. E quero cumprimentar o Secretário por esse plano magnífico. E, agora as condições brasileiras, no meu entender, vão permitir que haja continuidade. Primeiro porque está estabilizando a população; o IBGE com dados a mais de cinco anos sobre isso, eu mesmo fiz um trabalho no curso tecnológico sobre isso. O que quer dizer isso: a população que foi mostrada lá vai chegar a 12 milhões de habitantes. Faço uma homenagem ao ex-prefeito José Carlos de Figueiredo Ferraz. O prefeito diz que a cidade precisava parar e se vocês forem verificar São Paulo em 1972, crescia 7% ao ano. Crescia 200 mil pessoas por ano e "favelou", migração do campo para a cidade, o nordestino foi muito bem recebido aqui, morria de fome, não tinha saúde. Aqui em São Paulo saia a pé, mesmo morando em favela, encontrava jeito de se tratar. O que acontecia, crescemos a 200 mil pessoas por ano e cada vez piorava o serviço, não havia a questão de fazer habitação, saneamento básico, aliás, saneamento básico tem

dinheiro e não faz por outras razões; razões políticas. Há recurso para saneamento básico em todo o Brasil, mas é essa tristeza que a gente vê. Agora a população está estabilizando e mais que isso, cresceu a classe média C. Urbanização de favela é muito importante: primeiro para a cidadania, segundo vai ser proprietário daquele endereço. Vai poder sair da informalidade e ir para a formalidade. Cria-se trabalho, seu emprego, pagar imposto também vai aumentar a renda da cidade. Então há tudo para esse plano conseguir dar certo. Agora, precisa da participação da população. População que vai cobrar a continuidade dos planos. Se mudar, por exemplo, o grupo político, o que entra faz dois anos para apagar tudo de bom que foi feito. Isso é uma herança maldita que tem o país. Nós temos que lutar para mudar isso. Agora, a população envolvida, eu acho que vai obrigar a ter continuidade. Eu peço que vocês proponham metas, metas possíveis de alcançar, de urbanização de favelas, de áreas verdes lineares ou outras áreas verdes que tem sido criada né? E algumas coisas assim de reuso de água, essa leis que obriguem os prédios a coletarem a água e também que parem alguns mostrengos que continuam sendo feito na cidade. Eu não me conformo São Paulo ter esses "skyline" tão horrível como tem. Tem um prédio lá perto do Clube Pinheiro que ficou anos para ser aprovado. Agora tem mais dois de mesma altura lá, no caminho das aeronaves. Eu não entendo, o solo criado tem que obrigar um limite, a paisagem da cidade tem que ser respeitada. O professor tem falado tanto disso aí, eu não me conformo, eu gosto de São Paulo, cheguei aqui com cinco anos, eu quero ver essa cidade bonita... aliás eu vim de metrô e não tive problema nenhum de vir do escritório até aqui, em vinte minutos, foi tranquilamente, lendo jornal ainda no metrô. Então, eu não sei... o edifício da Eletropaulo, do Santander. A CET foi chamado no Habite-se para aprovar a mobilidade, da saída de carros daquele edifício. Eu sei que estão escalonando lá entrada e saída da garagem, porque sair dá uma hora e pouco, mas em compensação está sendo feito shoppings lá também. Eu acho que a Prefeitura tem o dever, desculpe Secretário, tem o dever de limitar essas coisas. De no Plano Diretor criar algum empecilho que a cidade seja destruída, porque eu acredito nesse plano. Vai custar mais se a cidade continuar sendo... olha, a arquitetura hoje em dia é feita por corretor de imóvel, especulação imobiliária. Os arquitetos vão, mas não fazem esses projetos, os outros têm que trabalhar. Semana passada saiu no jornal um prédio de 6 milhões de reais o preço – o quarto de empregada é 4m², está voltando escravidão no Brasil? nesse país? Então eu acho que esse plano terá composição por tudo e é um ótimo plano. Agora, vamos lutar para dar certo. Obrigado.

Luiz Carlos Costa (01:18:09): Bom, para quem não me conhece eu sou Luiz Carlos Costa, professor da FAU e eu tenho só dois títulos que eu faço questão de... um é que eu propus pela primeira vez a implantação e ela foi feita de um órgão metropolitano, isso inclusive em 67. Que depois por razões basicamente políticas acabou-se desestruturando, mas isso - "alô, desculpa"- E outra coisa é que eu tenho acompanhado todos os Planos Diretores e todos os planos de grande porte da região metropolitana, porque como eu nasci há muito tempo eu tive a oportunidade de participar de muitos desses empreendimentos. Então por isso é que eu quero me limitar a duas observações que eu faço por dever do ofício. Quer dizer, uma primeira coisa é dizer o seguinte: essa concepção de 2020 é uma concepção interessante e instigante, eu acho que é simpática de uma certa maneira, mas tem uma certa dose de arbitrariedade, quer dizer, de opção prévia de como colocar um problema e colocar o encaminhamento das soluções. Então não querendo entrar no mérito da coisa que demandaria muito tempo, eu só queria dizer que esses objetivos transversais, eles não são todos os objetivos que mereceriam essa primeira categoria. E os eixos estruturadores também, na minha opinião, como de muitas outras pessoas, poderiam não ser exatamente esses aqui. E eu acho que existe, por exemplo, oportunidade...

Quer dizer não se fala aqui da produção imobiliária. Eu acho que um eixo estruturador fundamental é estabelecer as diretrizes e as condições para a produção imobiliária, que é uma produção que tem uma enorme autonomia. Trazendo todos esses problemas que o senhor colocou a pouco, né, e que consegue ter uma... E evidentemente é um problema fundamental: o problema de dar pleno dinamismo à produção imobiliária para que ela cumpra seu papel, mas plena clareza às limitações da produção imobiliária que prejudica desde os vizinhos, como a toda categoria de consumidor social. Tanto é que se admite que haja um consumidor que é praticamente inábil, como integrante do mercado imobiliário, porque não tem dinheiro suficiente e que depende da iniciativa do Estado para viabilizar a sua situação.

Bom, mas isso não importa muito porque nessa toada a gente faria muitas outras observações. Eu só quero dizer que como qualquer proposta humana, digamos, essa proposta é discutível, ela tem o leve sabor de ser o último grito da orientação de planejamento, mas que para mim, no meu entender, não é. Esses projetos catalisadores são projetos eminentemente exemplares, quer dizer, alguns são mais gerais – esses dos rios, isso aqui da cidade de 30 minutos, na verdade é o sistema de transporte que vai se oferecer. E então também tem uma questão que isso, para mim pelo menos, dificulta um pouco a compreensão do que é mais importante, de quais são os objetivos e objetivos para quem, porque evidentemente isso aqui, esses encaminhamentos conduz a resultados que convém a determinados segmentos da sociedade e agentes econômicos. Mas no meu entender é que não dá ênfase suficiente para dar garantias aos demais membros da sociedade, das classes médias e baixas e aos outros segmentos de produção imobiliária e de serviços e equipamentos públicos. Bom, tudo isso para consolidar somente essa crítica. A gente gostaria de poder discutir isso aqui em outro ambiente, que não o de dar o último grito da tecnologia do planejamento estratégico e meio que já encaminhar decisões que são tomadas nessa categoria antes de passar por uma discussão ampla na sociedade que a meu ver deveria ser feita.

Outra coisa e com isso eu termino é que dessa maneira, aquela famosa questão que foi levantada aqui mais de uma vez – da participação popular – fica evidentemente dificultada, porque para as pessoas que, pelo menos, teve a oportunidade de estudar é um pouco difícil, eu precisaria preparar uma coisa mais ordenada como crítica desse negócio aqui. Então para uma pessoa que está vendo isso pela primeira vez, fica muito difícil de se discutir, de discernir qual é a encomenda que se faz a esse planejamento, quer dizer, o que a população quer e o que ela precisa, o que ela enfatiza, com o que ela conta, quer dizer, essa encomenda. E já se está atuando diretamente para as respostas, quer dizer, o que se vai implantar como resultado dessa encomenda, sem uma discussão exata de qual é a encomenda que é quem define o que fazer, por que, para quem, a que custo. E então eu termino aqui a minha observação de que essa conceituação é objetivamente respeitável, mas passível de uma discussão nessa área muito mais longa, o que a faz uma referência interessante para nós discutimos sobre o futuro da cidade. Então se a gente tivesse um seminário encaminhando um evento cultural, digamos assim, sobre perspectivas e referências da cidade, o que pode fazer o que não e tal... está tudo válido, tudo interessante mas o problema é que como você fala, Bucalem, a gente estaria encaminhando, como se fala... escolhas; são escolhas que precisam ser feitas. E essas escolhas, são escolhas de objetivos e principalmente escolhas dos meios para atingir os objetivos e essas escolhas precisam ser, somente podem ser feitas de maneira responsável diante de uma colocação transparente de quais são as escolhas, quais são os efeitos das escolhas na sociedade e na dinâmica da cidade e a que custo e que perspectiva de viabilidade para não se fazer escolhas fora da realidade, como você tinha observado. Tudo isso eu termino dizendo o seguinte: Essas dificuldades não são diferentes das dificuldades da formulação do Plano Diretor

da Cidade. O Plano Diretor da Cidade deveria fazer tudo isso que vocês estão propondo e com todos os cuidados que a gente está reclamando ter. Somente com uma diferença: que tenha um enquadramento institucional claro. Existe uma Constituição nesse país que fala que o que deve orientar a política de desenvolvimento de cada cidade, de cada grande cidade é um instrumento que se chama de Plano Diretor, que deve ser feito em determinadas condições, onde uma condição essencial é viabilizar a participação da população. A participação de toda a sociedade que é quem tem, em última análise, a prerrogativa de fazer escolhas que possam se transformar em leis, que sejam de efeito coincido e criem obrigações e direitos. Então o enquadramento institucional é fundamental. E aí a gente poderia falar de várias coisas sobre o encaminhamento do Plano Diretor.

Só uma coisa que me ocorre como interessante é a necessidade de uma visibilidade do plano urbanístico básico. Ou seja, qual é o plano estrutural do território da cidade, onde essas intervenções estruturantes que se pretende promover vão ter lugar. E vão ser definidas em termos de objetivos e de parâmetros de controle, porque cada intervenção dessa precisa ter um nível de conforme por parte dos sistemas atingidos pela intervenção, então isso certamente estaria no Plano Diretor. Muito bem, eu espero para não me manifestar como alguém do contra, quer dizer, que está querendo, digamos, de alguma maneira questionar a iniciativa dessa reflexão, eu diria que é uma reflexão do maior interesse que deve ser feito. Mas não, ela não pode ser fantasiada em um processo de tomada de decisão, de adoção de escolhas reais porque é necessário serem transformadas em diferentes políticas públicas coerentes: transportes, saneamento, habitação, intersetoriais, quanto a política de uso do solo e uso imobiliário. Então são políticas públicas que precisam ter uma formulação coerente, definindo objetivos, definindo etapas de implantação e definindo aí as intervenções instrumentais. Quer dizer, de uma certa maneira eu só quero observar que não importa se partir de intervenções impactantes, que vão realmente ter efeitos a longo prazo na cidade, se elas não estão coerentes num plano global da cidade, se não tem uma evidencia, se não está evidenciada a viabilidade do conjunto dessas intervenções, dessas políticas e se não houver a sacramentação, digamos assim, da opção política por um processo de manifestação da população. Então eu espero que vocês não esqueçam a dinâmica do Plano Diretor que, ao meu entender, deve seguir paralela, que deve ter eventualmente uma forma de informação de uma coisa para outra, só que o Plano Diretor com muito mais responsabilidade pública, porque daí que tem que sair ações, programas de ação e normas públicas contidas em diferentes políticas, que isso tem muito mais consistência para orientar as transformações urbanas a curto e longo prazo. Muito obrigado

Miguel Luiz Bucalem (01:31:42): Agradeço ao senhor Costa. O Secretário da Habitação, ele vai ter que se ausentar por conta de um compromisso. Ele quer fazer uma observação, depois eu comento um pouquinho a manifestação.

Ricardo Pereira Leite (01:31:50): Bom, eu só... eu acho, Miguel, que a nossa tarefa aqui na CMPU não é fácil porque a gente vê que além das dificuldades inerentes da cidade, a gente tem ansiedade em relação a execução dos planos e ao mesmo tempo ressalvas com relação a profundidade que a gente tem que discutir, quer dizer, ao mesmo tempo nós vamos ter que discutir mais e ao mesmo tempo nós vamos ter que executar mais. Acho que é por isso que agora os alunos da FAU estão estudando em conjunto com os alunos da POLI, né, porque um tem mais capacidade para discutir e o outro tem mais capacidade para executar, mais vocação não capacidade. Bom, eu só queria dar uma informação, de acordo com o Plano Diretor foi estabelecido que a gente deveria ter um plano de habitação na cidade. Esse plano municipal foi

desenvolvido nos últimos cinco anos e ele está disponível no site que está aí na revista, vocês podem ver depois: habisp.inf.br. Ele é público, a gente levantou fazer um diagnóstico urbano, durante cinco anos, de todas as situações existentes na cidade e analisou isso está propondo um encaminhamento porque justament, isso se torna uma lei da cidade que todos os governos tem que seguir. Ele foi protocolado na Câmara ha um mês atrás, mais ou menos, já passou na primeira comissão, então ele vai ser objeto de... enfim ele já foi discutido, tivemos audiências públicas, e acho que até nós não apresentamos aqui na CPMU, mas eu ofereço na próxima reunião a gente trazer aqui para discutir um pouquinho também a questão habitacional. E eu acho que é muito importante, que vai clarear um pouquinho essa visão, hoje a classe mais altas que dá os apartamentos aí que o professor Del Nero falou, ela já está atendida. A grande demanda que a gente tem hoje é das classes mais baixas e que, salvo o caso imobiliário que é muito competente e muito capaz e trabalha na formalidade, possam nos ajudar a suprir esse déficit, que não é pequeno. Quer dizer, nós teríamos que produzir um número grande de habitações e necessariamente o Poder Público vai ter que de alguma forma participar, porque são habitações que terão necessidade de subsidio, porque são pessoas de menor capacidade de renda. Então acho que na próxima reunião, eu posso trazer aqui para vocês, apresentar o que está hoje em debate na Câmara e aí a gente pode também colher subsídios aqui da CPMU e vocês também podem nos ajudar a divulgar essas ações aí, em relação à habitação. Muito obrigado, desculpe por eu sair...

Miguel Luiz Bucalem (01:34-41) Então obviamente nós vamos aceitar a oferta do Secretario e vamos marcar a apresentação do Plano Municipal de Habitação, no âmbito do Conselho Municipal de Política Urbana. Eu só queria fazer um comentário muito breve em relação à manifestação do professor Costa. A minha sensação é no seguinte sentido: eu acho que é um desafio essa tarefa de procurar fazer um plano de longo prazo e por mais que a gente procure fazer o processo o mais perfeito possível, ele é intrinsecamente imperfeito. Então nós procuramos escolher eixos, obviamente não é a única escolha, pode ter outras, a forma de fazer e então eu concordo; não é perfeito esse processo, é um processo difícil, há muitas visões, de como seria a melhor forma de fazer. Não é uma coisa que eu possa falar, mas é um esforço que tem sido feito de forma genuína, procurando acertar. Obviamente o processo é imperfeito, agora, eu peço só os que acharem uma iniciativa interessante, mesmo que identifiquem problemas, falhas, que nos ajudem a melhorar. Então principalmente aqui eu coloco a equipe que desenvolve o plano da Prefeitura aberta, se você depois puder passar um e-mail dando um meio de contato para quem quiser visitar a equipe, fazer uma discussão, trocar idéias, está convidado. Se puderem disseminar o site nos ambientes que vocês têm liderança eu agradeceria. E eu acho que desse plano, nós temos um conforto. Como o objetivo dele não é ser uma lei, a sustentação dele só vai acontecer se efetivamente as pessoas reconhecerem nele um instrumento de mudança. Nós estamos procurando envolver entidades e certamente esse objetivo não é que seja um plano, não faz nem sentido pensar que esse é um plano dessa gestão. Hoje nós estamos com a obrigação, a própria Secretaria tem a obrigação formal pela sua lei, de desenvolver planos de médio e longo prazo, então temos a obrigação de liderar o processo, mas com a ciência que nós estamos transitórios aqui. Um plano desse só se sustenta se a sociedade o reconhecer como um instrumento de mudança. E é nesse sentido que eu peço a colaboração de vocês. Não é um esforço perfeito, tem falhas, quando a gente discute, pessoas falam: "Vocês estão com propostas incompletas, ele é muito óbvio...", outros falam: "Vocês já avançaram muito antes de consultar...". Então é muito difícil encontrar o equilíbrio, mas nós estamos tentando, acho que é um processo que pode ser aperfeiçoado, a consulta pública está em

andamento e é isso só o que eu coloco, esse desejo de acertar. Sabendo que a gente vai sempre vai estar procurando aprimorar um processo que é intrinsecamente imperfeito. Alguém mais gostaria de se manifestar? Giovanni, por favor. Acho que é a última, né? Depois nós passamos se tiver mais alguma, outra manifestação que não fale do plano.

Giovanni Palermo (01:38:03): Bom, boa tarde a todos. Meu nome é Giovanni. A minha intervenção inicial seria mais uma complementação de informações que talvez fosse necessária para o saneamento. Acho que o Secretário Bucalem colocou o que acontece, mas eu gostaria de detalhar um pouco mais, acho que vai ser oportuno. A Prefeitura de São Paulo, ela acabou fazendo um contrato de concessão por trinta anos com a SABESP. Então, hoje a SABESP sob gerenciamento/gestão dos investimentos através da Inteligência da Prefeitura é quem acaba direcionando quais são os investimento que a SABESP vai fazer nos próximos trinta anos. Como no contrato há, existem metas muito claras de universalização de saneamento na cidade. Então essas metas claras estão priorizadas na área de reurbanização, ou seja, na área de cidade informal onde nós temos a presença de favelas e outras áreas de risco, etc. Então, hoje a Prefeitura tem ainda a contribuição em que o prefeito é presidente naquele comitê de cidades, acho que errei o nome, mas a própria Prefeitura tem trabalhado nessa linha de ter certeza que o saneamento básico da cidade estará resolvido em 2024 de forma completa e em 2018 na proporção de 99%. Muito bem, uma segunda informação que eu acho importante, mas eu percebi que o pessoal não divulga muito foi a decisão do Prefeito, Gilberto Kassab, que esse plano de investimento fosse metropolitano, o que significa que o município de São Paulo está pagando, através da tarifa, os investimentos nas outras cidades. Então isso foi uma decisão política, ele poderia ter tomado a decisão de fazer o seguinte: "Olha, os saneamentos básicos nós vamos priorizar os investimentos do paulistano, vai pagar esses investimentos somente dentro do perímetro da cidade, as cidades vizinhas que resolvam seus próprios problemas. Mas não foi isso que foi feito por determinação do Executivo e o prefeito Gilberto Kassab assinou que os investimentos que o cidadão paulistano paga, ele é metropolitano. Eu acho que isso é importante colocar. E o outro assunto, o doutor Del Nero já foi... a água de reuso - não sou eu a pessoa que vai falar isso com mais propriedade - a água de reuso é um dos eixos de investimento da SABESP na cidade de São Paulo, existe uma proposta muito forte, talvez o secretário Miguel Bucalem pudesse ter mencionado, que no projeto da Nova Luz, existe a possibilidade forte de se fazer um investimento em que aquilo que vai suprir essa região da Nova Luz com um adutor especial de água de reuso. Isso pode ser viabilizado, a SABESP já fez os estudos, os investimentos estão prontos, a nova adutora está viabilizada e está em sintonia com o programa da Nova Luz. É uma questão agora de decisão que precisa ser avançada na parte do plano de investimento, são da ordem de 60, 70 milhões. Muito bem, agora, eu não estava preparado para fazer essa manifestação, mas se me permitir complementar, eu não pude deixar de ouvir com atenção as observações do professor Costa. Eu sei, pela vivência que eu tenho na cidade das dificuldades que foi de elaborar o Plano Diretor que hoje rege as nossas decisões no plano urbanístico. E que se fosse possível ter um estudo desse patamar completo, perdão, abrangente, que pudesse subsidiar aquele documento, naquela época, acho que nós estaríamos em uma situação de administração do espaço urbano bem mais favorável. Então eu estou longe de fazer uma observação às suas colocações, professor Costa, não me sinto a vontade nesse sentido. Mas esse documento é um planejamento estratégico que pode subsidiar de maneira muito objetiva como plano, tendo claro que ele não é um conjunto de ações, mas ele é um

identificador dos principais problemas da cidade sob o ponto de vista da hierarquia, eu olhando aqui com calma...

Luiz Carlos Costa (01:43:17): Posso fazer uma observação? É que pra mim, o seguinte, é que essa função desse plano é uma função inerente ao Plano Diretor. O Plano Diretor tem uma parte em que ele faz todas essas atribuições e todos os elementos mais instrumentais, quer dizer (Som inaudível)... pra mim um Plano compreende tudo isso, e mais alguma coisa. Então vamos fazer logo o Plano, porque está previsto por lei que no ano que vem se teria na data do início da vigência, um novo Plano. Pra mim a urgência é fazer isso tudo.

Giovanni Palermo (01:44:01): Não, eu entendi a ansiedade, a sua ansiedade é a nossa ansiedade. A gente gostaria de ter um instrumento, mas sempre o Executivo - seja ele quem for que tenha a decisão para o que fazer, de forma prioritária - ele tem que acertar, colocar aquele investimento mais emblemático que possa irradiar uma série de outras ações frutíferas para o desenvolvimento da cidade. Eu confesso para o senhor que colhendo e... me surpreendeu muito positivamente. A minha manifestação, se me permite, até fiquei contente com a forma como foi apresentado porque eu sensibilizo, tenho muito contato com a Secretaria do Verde, com outras Secretarias. A identificação desses desequilíbrios estruturais me parece extremamente pertinente. Eu tive a oportunidade, acho que eu nunca comentei isso, que no passado acabei colaborando na estruturação de uma revitalização na Suíça, por outro caminho onde eu trabalhei e uma das metas que estava lá e eu estou aqui olhando como eixo estruturador da Suíça é que a cidade, ou qualquer cidadão suíço deveria ter acesso a qualquer ponto da Suíça em menos de 45 minutos. Então ele deu... na Suíça... e isso estará pronto em breve. Então naquele planejamento estratégico que naquela época que eu participei desse trabalho era muito... 1989, 90... estou até lembrando aqui. Por isso que eu fiquei contente com essas metas que estruturantes. Todo e qualquer projeto naquele momento era de mobilidade, o maior problema suíço era o deslocamento dos cidadãos. Não era por avião não, era por metro-ferroviário. Então a rede de túneis, de transporte, de trens - de trens da Suíça - o cidadão suíço, agora, depois de vários e vários anos, duas décadas praticamente vai ter a possibilidade de entrar em qualquer ponto e chegar. Então, eu estou olhando aqui isso como eixos estruturantes, todos os planejadores que vão estar, vão colocar aqui, o programa Parques Urbanos, o programa Rios, que na verdade é um complemento dos parques lineares. Eu achei que foi uma forma de tratar o problema de uma maneira excepcional esse programa de reurbanização, de reocupação do Poder Público daquela área de uma maneira ordeira e cidadã de modo a prover para o cidadão uma nova oportunidade, de um novo local de moradia e acesso de maneira organizada e você ainda proteger os rios. Esse item comunidades bom, não sei se todos esses são os principais, mas confesso para o senhor que tenho trabalhado no conteúdo. Cinco anos ativamente. E se eu me lembrar dos principais problemas que nós estamos colocando, eles estão nesses eixos. Então me parece é que aqui esses eixos são muito importantes, talvez surjam outros, mas eu confesso que...

Maria Lúcia da Silva (01:47:29): Com licença, se você pudesse (som inaudível 01:47:31) é uma discussão...

Giovanni Palermo (01:47:33): Perdão, perdão

Miguel Luiz Bucalem (01:47:35): Obrigado Giovanni.

Maria Lúcia da Silva (01:47:42): Eu sou Maria Lúcia, sou do Jabaquara. É só uma coisa do (som inaudível 01:47:46) que eu observei aqui as falas e tudo. Esse plano, o Plano Diretor, todos esses planos já estão sendo discutidas nas conferências, tenho participado de várias conferências aqui em São Paulo. Conferência da Criança, Conferência do Meio Ambiente, Conferência da Mulher e todos esses eixos já estão sendo discutidos, tanto com o Poder Público como a comunidade, que são os usuários, as pessoas das comunidades que estão discutindo todos esses eixos importantes e isso já está acontecendo. E o importante, como vocês estão falando, na fala dele, é que não tem informação; tem sim, tem informação nos CADES que são os conselhos do meio ambiente, os conselhos da (som inaudível 01:48:41) também estão sendo discutidos. Então tem as plenárias que estão fazendo. Então tudo isso já é discutido. Então eu acho que é um plano bom e que vai dar certo. Então é só uma contribuição que eu tenho observado muito, que o pessoal falando que não tem sociedade civil, o plano que você tinha falado a respeito da comunidade que não tem a sociedade, o social. E tem sim, todo esse plano tem tudo isso e acho que, acho não, é viável irmos trabalhar nesse plano junto com o nosso conselho.

Miguel Luiz Bucalem (01:49:33): Ta, obrigado então. Eu acredito que essa discussão nunca termina, é uma discussão... e o que eu posso falar, é colocar a equipe técnica a disposição do Conselho Municipal de Política Urbana. Depois ele vai passar um e-mail de contato específico para que se possa agendar conversas, etc. E de novo eu renovo o meu pedido de quem puder se engajar, quem puder comunicar o Plano, quem puder trazer contribuições, mesmo que sejam críticas nós estamos desejosos de receber as contribuições. Eu acho que, eu pergunto, se para cumprir o item 2 da pauta, outros assuntos alguma manifestação a mais? Então não havendo, eu agradeço a participação dos membros e de novo coloco a Secretaria disposição de vocês, obrigado.

São Paulo, 24 de novembro de 2011.

Presidente
Vice-Presidente
Secretário Executivo

Miguel Luiz Bucalem
Luiz Ricardo Pereira Leite
Fernando Henrique Gasperini

Conselheiros

SGM	Giovanni Palermo
SMDU	Nilza Maria Toledo Antenor
SNJ	Simone Fernandes Mattar
SMSP	José Francisco Janarelli
SEHAB	Lucia de Sousa Machado
SMT	Elia Albuquerque Rocha
SIURB	Fernando Augusto Tavares
SF	Wagner Delmo Abreu Croce
SVMA	Rosélia Mikie Ikeda
SES	Marcos de São Thiago Lopes
SMC	José Rollemberg Mello Filho
SMTRAB	José Luiz Gavinelli
COHAB	Luiz Ricardo Pereira Leite

Macrorregião Norte 2 eleito José Roberto Garcia
Macrorregião Oeste eleito Lucila Falcão Pessoa Lacreta
Macrorregião Oeste eleito Áurea Lopes Machado Mazzetti
Macrorregião Centro eleito Mauro Messa Martins
Macrorregião Leste 2 eleito Antonio Gomes dos Santos
Macrorregião Sul 1 eleito Maria Lúcia da Silva
Macrorregião Norte 1 eleito Felix Quispe Marques
Macrorregião Oeste indicado Adriana Rolim de Camargo
Macrorregião Leste 1 indicado Rubens Casado
Macrorregião Sul 1 indicado Luiz Fernando de Moraes Vecchia
Macrorregião Sul 2 indicado Afrânio Bellato

SINAENCO João Antonio Del Nero
Movimento Defenda São Paulo Luiz Carlos Costa

CONVIDADOS

SMDU Ilderson de Oliveira França
SMDU Clementina Delfina Antonia de Ambrosis